

Recomendações do II Encontro

(Professores catarinenses de Estudos Brasileiros)

*Dante Martorano **

Na Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 10, 11 e 12 de junho, no Auditório do Centro de Ciências Humanas, se realizou o II Encontro Catarinense de Professores de Estudo de Problemas Brasileiros: docentes da UFSC, da Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, e das Instituições de Ensino Superior mantidas por Municípios e agrupadas na ACAFE (Associação Catarinense de Fundações Educacionais).

Palestras, manifestações da Reitoria, do Diretor do Centro de Ciências Humanas (Professor Paulo Fernando de Araujo Lago), do Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, da representante em Santa Catarina da Comissão Nacional de Moral e Civismo, Professora Iraci Schmidlin, transformaram o conclave em consciente tomada de posições. No intenso intercâmbio de experiências se procurou a atualização e aperfeiçoamento. Foram analisadas pesquisas, entre alunos da UFSC, realizadas pelo Professor Selço de Mattos, que dão conta da consciente aprovação da disciplina pela esmagadora maioria dos alunos entrevistados. Foram também apreciadas estatísticas de conteúdo semelhantes, procedidas pela Fundação Universitária Estadual de Maringá (PR). Teve-se plena ciência da situação em todas as Instituições Catarinenses de Ensino Superior — uma vez que cada uma delas, teve oportunidade de expor sua situação curricular, números de professores, de disciplinas, receptividade pelos dirigentes e pelos alunos e, ainda, da metodologia aplicada.

Todas estas atividades foram coordenadas pelo Professor Jaldyr Bhering Faustino da Silva, a quem coube inclusive a presidência da sessão plenária.

Mas o que se fez, de mais notável, foi a crítica sobre a metodologia e a filosofia da disciplina.

* Professor Assistente da Coordenadoria de Estudo de Problemas Brasileiros.

Os docentes entregaram para o debate, de todas as comunidades universitárias do Brasil, recomendações merecedoras de profunda reflexão. Dirigidas ao aprimoramento do Ensino Superior brasileiro, teses foram trabalhadas, em quatro comissões pelos Professores: Ayrton Capella, Ayres Melchiades Ulyssea, Arlindo Giacomelli, Antonio Pereira Oliveira, Alexandre Muniz de Queiroz, Balduino Raulino, Carlos Lindomar de Andrade, Dante Martorano, Élcio José Lemos, Haroldo Callado Neto, Ivanice Debiasi, Jaldyr Bhering Faustino da Silva, José Frederico de Mello, Joel Rogério Furtado, Martinho Sonntag, Norton Oliveira e Silva, Nélson Jacob Bunn, Osvaldo Henrique Hack, Paulo Roberto Carvalho da Silva, Selço de Mattos, Sergio Alexandre de Oliveira, Terezinha Nizer Silva, Waldir José Rampinelli e Iraci Schmidlin.

Na intenção de envolver, também nesta análise, os professores de todas as Universidades Brasileiras, os catarinenses participantes deste Encontro, põem em debate as recomendações a que chegaram, abrangendo os seguintes temas: 1) Imprescindibilidade de disciplina; 2) Objetivos; 3) Metodologia; 4) A disciplina e a extensão; 5) Pesquisa; 6) Capacitação de Docentes; 7) Estrutura Curricular; 8) Sentido Nacional da disciplina.

1. Imprescindibilidade da Disciplina.

Qualquer atividade profissional, sempre se desenvolve dentro de uma realidade social concreta. A formação profissional integral, não pode prescindir do conhecimento da realidade brasileira. É a disciplina EPB a única apta a estimular esta análise, por abranger e acionar todos os ramos da ciência na dissecação da problemática brasileira.

1.2. O choque entre culturas pode resultar, em todos os segmentos sociais, na desestruturação da sociedade nos países subdesenvolvidos — pela transplantação de costumes e valores de outros povos. O estímulo dado ao aluno por EPB é uma forma de preservação de valores éticos, que o consenso brasileiro adotou. Constitui contribuição essencial à sobrevivência da personalidade da Nação.

1.3. Tendo em vista a desinformação de muitos, na sugestão de eliminar EPB como disciplina obrigatória nos estabelecimentos de Ensino Superior, mister se ofereça perfeito esclarecimento à opinião pública.

1.4. Necessária a institucionalização de uma mentalidade, no âmbito das escolas, no sentido de valoração da disciplina, em substituição a uma apatia frustradora.

2. Objetivos da Disciplina

2.1. O valor, para a sociedade, de todo o profissional se infere pela capacidade de no presente aplicar as experiências de seu País no passado, como assegurar no desenvolvimento futuras transformações.

Os currículos universitários são exclusiva e totalmente dirigidos à profissionalização. A disciplina EPB deve despertar no universitário sua responsabilidade social, na profissão para cujo exercício a Universidade o habilitou legalmente.

2.2. A adequada condução pelo responsável da disciplina EPB, assegura ao Universitário iniciação no conhecimento da realidade nacional, que lhe permite ativa e consciente participação na vida nacional.

3. Metodologia

3.1. Recomenda-se a adoção das técnicas de dinâmica de grupos, na disciplina, objetivando conclusões aferidas pelos próprios alunos. É o começo de sua vida cívica, onde ele passa a assumir sua parcela de responsabilidade social.

3.2. Revisão crítica e analítica da terminologia em função do desenvolvimento científico e tecnológico, como por exemplo: pornografia, moral, civismo, patriotismo, ideologia, regime, doutrina, subversão x oposição, símbolos nacionais, etc.

3.3. Deve-se dar à matéria o seu enfoque filosófico-doutrinário, de amor ao Brasil (terra, homem e instituições), como estímulo aos cidadãos na prevalência dos valores éticos.

3.4. “A relevância da disciplina e sua carga horária parcimoniosa exige de seus responsáveis o integral aproveitamento do tempo de aula”.

3.5. As aulas de EPB não se devem restringir à mera transmissão de conhecimentos, num processo de competição (retratação ou repetição) com os meios de comunicação, mas preocupar-se em utilizá-los como subsídios no processo de formação.

4. A Disciplina e a Extensão

4.1. Recomenda-se a utilização dos meios de comunicação de mas-

sa para consubstanciar os objetivos axiológicos de conformidade com o Art. 2º do Decreto 869/69. Envolvendo entidades de classe, clubes de serviços, sindicatos, confissões religiosas para a consecução dessa meta.

4.2. Sugere-se o movimento em Santa Catarina, com cooperação das Unidades de Ensino de Terceiro Grau, integrantes do sistema particular, fundacional e federal, bem como entidades representativas de classes e meios de comunicação incorporando-se à Campanha Nacional de Preservação dos Valores Éticos e Morais da Nacionalidade, proclamada no V Encontro de EMC — realizado em Brasília em novembro de 1981.

4.3. Promoção de seminários para diretores no sentido de conscientizá-los sobre a importância de EPB nos currículos, num trabalho integrado UFSC/ACAFE/IES.

4.4. Incentivar viagens e visitas que permitam materializar os conhecimentos de sala de aula através de observação direta da realidade nacional e levar à comunidade a presença da Universidade.

4.5. Vinculação dos meios de comunicação, principalmente os mais populares, ao processo de formação do cidadão, compatível com o atual desenvolvimento científico.

4.6. Inclusão no calendário escolar, da Semana de EPB estimulando conferências, debates e trabalhos envolvendo os alunos e a comunidade.

4.7. Revisão dos currículos dos cursos superiores para que EPB passe a ser responsável por um trabalho de término de curso (pesquisa) o qual deverá retratar questões da realidade brasileira, com proposições de soluções alternativas.

4.8. A partir de um diagnóstico de necessidades dos acadêmicos e da comunidade, a disciplina de EPB deverá possibilitar um processo de suprimento dessas necessidades, através da articulação de atividades como: seminários, encontros, reuniões, cursos, debates, etc., no incentivo às práticas democráticas envolvendo a administração pública e a comunidade.

5. Pesquisa

5.1. Incluir EPB entre as áreas prioritárias de pesquisa, tendo em vista tratar-se de uma matéria profundamente abrangente e multidisci-

plinar e de relevante importância na formação do futuro líder.

5.2. Incentivar a implantação de bibliotecas especializadas vinculadas à coordenadoria de EPB e de banco de dados referentes a assuntos do interesse da disciplina podendo-se inclusive contar com a colaboração dos próprios alunos.

6. Capacitação de Docentes

6.1. A realidade brasileira de amanhã será resultante da visão de seus líderes. Aqueles egressos da Universidade, somente poderão ser úteis ao País, se preparados para uma visão abrangente e analítica. O “Estudo de Problemas Brasileiros”, assumindo real influência para a evolução dos fatos nacionais de amanhã, se faz vital para a Nação. Cursos de Especialização, Mestrados, Encontros de Avaliação e Seminários, Ciclos de Atualização devem ser estimulados ao máximo, em todo o País. Isto com o objetivo de melhor capacitação e permanente aperfeiçoamento dos professores responsáveis pela disciplina.

6.2. Organizar Encontros periódicos para intercâmbios de experiências, com objetivo de integração entre docentes de diferentes IES.

6.3. Recomendação especial é feita no sentido de que a UFSC agilize a instalação de curso de Pós-Graduação destinado a professores de EPB, considerando que a valorização da disciplina é decorrência natural do nível do magistério. A providência virá a atender a necessidade de especialização de que carecem os professores que atual em todas as unidades de ensino de 3º Grau instaladas no Estado.

6.4 Promoção pela UFSC, em data oportuna, de um Encontro Regional de Professores de EPB, envolvendo os três Estados do Sul objetivando, além da troca de experiências e o estímulo natural dos professores adivindo de encontros desses tipos, o próprio fortalecimento e valorização da disciplina. Recomenda-se também a definição de um temário específico para o Encontro com base talvez em questões levantadas neste II Encontro de Professores de EPB.

7. Estrutura Curricular

7.1. É de se recomendar que as disciplinas EPB I e EPB II sejam ministradas preferencialmente nas fases profissionalizantes, em virtude do melhor aproveitamento. O distanciamento entre EPB I e EPB II é

antididático.

7.2. Toda Instituição deverá estruturar uma filosofia de currículo onde a interdisciplinaridade esteja caracterizada, permitindo um trabalho integrado entre as diferentes disciplinas, principalmente, EPB. Este processo possibilitará uma equiparação de valores em todas as disciplinas.

7.3. Aceitação de transferências de alunos e avaliação dos créditos de EPB, em função apenas de carga horária, possibilitando, assim, autonomia para todas as instituições no estabelecimento de uma filosofia curricular também condizente com a realidade da comunidade na qual atua.

7.4. Recomendar a desvinculação nos atos normativos (leis, decretos, resoluções, portarias, etc.) dirigidos ao Estudo de Problemas Brasileiros, daqueles dirigidos genericamente à Educação Moral e Cívica como disciplina no Primeiro Grau, e da Organização Social e Política do Brasil (O.S.P.B.).

7.5. Deverá ser estabelecida uma estrutura curricular dos cursos superiores, semelhantes em todas as instituições, como EPB, nas mesmas fases letivas.

7.6. Criação, quando comportar, do Departamento de EPB em substituição às atuais Coordenadorias. Instalação de Coordenadorias — em conformidade com o que preceitua a Portaria 505 do MEC, nas unidades, onde as mesmas não foram ainda instaladas.

8. Sentido Nacional da Disciplina

8.1. Não podem as Instituições de Ensino Superior e os Professores de EPB relegar para segundo plano a formação de uma consciência crítica universitária, dirigida à problemática brasileira.

8.2. Recomenda-se que os professores catarinenses de EPB se filiem à Associação Nacional de Professores de EPB e que também seja fundada uma Associação Catarinense de Professores de EPB.

8.3. Criação de um Boletim Informativo, inicialmente elaborado pela Coordenadoria de EPB da UFSC e, futuramente, pela Associação de Professores de EPB em Santa Catarina, para mantê-los cientes do que se faz pela disciplina.